



CENTRO DE EDUCAÇÃO
GRADUAÇÃO EM PEDAGOGIA
TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

ADRIENNY BARRETO MORAIS DE LIMA
MARIA BEATRIZ TAVARES DA SILVA

A ATUAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE
PERNAMBUCO NA CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

RECIFE

2023

A ATUAÇÃO DA SECRETARIA ESTADUAL DE EDUCAÇÃO DE
PERNAMBUCO NA CONSOLIDAÇÃO DE POLÍTICAS DE EDUCAÇÃO
ESPECIAL NA PERSPECTIVA INCLUSIVA

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
ao curso de graduação em Pedagogia, como
parte dos requisitos necessários à obtenção do
título de Pedagogas.

Orientador: Prof. Dr. Edson Francisco de
Andrade

RECIFE

2023

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do programa de geração automática do SIB/UFPE

Lima, Adrienny Barreto Morais de.

A atuação da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco na consolidação de políticas de educação especial na perspectiva inclusiva / Adrienny Barreto Morais de Lima, Maria Beatriz Tavares da Silva. - Recife, 2023.
27, tab.

Orientador(a): Edson Francisco de Andrade

Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação) - Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Educação, Pedagogia - Licenciatura, 2023.
Inclui referências, apêndices.

1. Plano Estadual de Educação. 2. Educação Especial. 3. Secretaria de Educação. I. Silva, Maria Beatriz Tavares da. II. Andrade, Edson Francisco de. (Orientação). III. Título.

370 CDD (22.ed.)

RESUMO

É perceptível que para o ingresso de pessoas com deficiência (física, intelectual ou sensorial; aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) nas escolas regulares do Brasil, continuam existindo diversas barreiras as quais a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) busca intervir. Diante disto, a Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SEE/PE) tem a perspectiva de proporcionar educação de qualidade para todos através do Plano Estadual de Educação (PEE/PE, 2015). Arelado a isto, a Gerência de Políticas em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania (GEIDH) busca promover programas e projetos com o intuito de alcançar esse objetivo voltado para seu público alvo. Sendo assim, o objetivo desta pesquisa é analisar os programas e projetos que têm sido realizados pelo Governo de Pernambuco a fim de garantir a efetivação dos direitos à pessoa com deficiência com foco na educação especial numa perspectiva inclusiva, por meio de análises documentais e entrevistas semiestruturadas constituindo o procedimento metodológico. Foi percebido que os programas e ações desenvolvidos pela SEE/PE não estão diretamente ligados ao que é proposto no PEE/PE, mas sim ao Programa Pacto Pela Inclusão que contempla, em partes, as demandas existentes no PEE/PE no que se refere à educação especial numa perspectiva inclusiva. Torna-se imprescindível refletir acerca da necessidade e importância de promover uma educação de fato inclusiva para garantir a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, reconhecendo que o processo educativo precisa ser mais acolhedor, dinâmico e responsável e que as formas para alcançá-las devem ser contínuas e bem articuladas para que ultrapasse os espaços projetados para tais fins.

Palavras-chave: Educação Especial. Secretaria de Educação. Plano Estadual de Educação.

INTRODUÇÃO

A partir de vivências realizadas enquanto graduandas do curso de pedagogia da Universidade Federal de Pernambuco, foi possível perceber que, para o ingresso de pessoas com deficiência (física, intelectual ou sensorial; aqueles com transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação) nas escolas regulares do Brasil, ainda existem diversas barreiras as quais a Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI) busca intervir, acompanhando “os avanços do conhecimento e das lutas sociais, visando constituir políticas públicas promotoras de uma educação de qualidade para todos os alunos” (PNEEPEI/ MEC, 2008).

A necessidade deste trabalho, como também o interesse nesta área de pesquisa, surgiu a partir de experiências realizadas durante os períodos de estágios obrigatórios ao longo do curso de Pedagogia da UFPE, possibilitados a partir das disciplinas de Pesquisas e Práticas Pedagógicas, observando como as escolas se articulam para incluir alunos com deficiência em seus espaços e em suas práticas pedagógicas. Sendo assim, sabendo que as escolas sozinhas não conseguem dar conta de todas as demandas, surge o interesse de acompanhar o trabalho feito pela Secretaria Estadual de Educação a esse respeito. Interesse este, intensificado pela proximidade do fim da vigência do Plano Estadual de Educação do Estado de Pernambuco (PEE/PE), que ocorrerá em 2025, fazendo-se necessário a constatação de quais ações foram realizadas até o presente momento, visando o cumprimento do plano no que diz respeito à educação inclusiva.

A Secretaria Estadual de Educação tem a perspectiva de proporcionar educação de qualidade para todos. Arelado a isto, a Gerência de Políticas em Educação Inclusiva, Direitos Humanos e Cidadania (GEIDH) busca promover programas e projetos com o intuito de alcançar esse objetivo voltado para seu público alvo, que engloba pessoas com deficiência física, intelectual ou sensorial e pessoas com transtorno global do desenvolvimento e/ou altas habilidades/superdotação. O setor é também responsável por promover um modelo de educação baseado nos princípios dos direitos humanos, em conjunto às demais subdivisões da Secretaria Estadual de Educação, de modo a contemplar todas as modalidades de ensino ofertadas pelo Estado.

Entendendo que o Plano Estadual de Educação de Pernambuco – PEE/PE (PERNAMBUCO, 2015), uma política de reconhecida relevância para o enfrentamento das desigualdades educacionais, encontra-se prestes a terminar a vigência (2015-2025), torna-se de grande importância acompanhar, pesquisar e analisar quais aspectos propostos no documento foram realizados. Neste caso, com foco na meta 4 do PEE/PE, que propõe:

Universalizar, para a população de quatro a dezessete anos, o atendimento escolar aos alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, preferencialmente na rede regular de ensino, garantindo o atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou comunitários, nas formas complementar e suplementar, em escolas ou serviços. (PERNAMBUCO, 2015).

Cabe reconhecer que a meta supracitada do PEE/PE tem o intuito de provocar melhorias na educação inclusiva e possibilitar a inserção de todos os indivíduos dentro da instituição escolar não só de forma física, como também de forma a possibilitar sua aprendizagem e socialização.

Torna-se imprescindível examinarmos as ações desenvolvidas pela Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco (SEE/PE), por meio da GEIDH, bem como as possíveis conexões e desconexões dessas iniciativas com o disposto no PEE/PE e na PNEEPEI. Diante do exposto, elaboramos a seguinte questão central deste estudo: Quais programas e projetos têm sido desenvolvidos com o intuito de materializar as estratégias propostas pela meta 4 do PEE/PE?

Sendo assim, o objetivo geral desta pesquisa é analisar os programas e projetos que têm sido realizados pelo Governo de Pernambuco a fim de garantir a efetivação das estratégias propostas na meta 4 do PEE/PE com foco na educação especial numa perspectiva inclusiva. E, como objetivos específicos, temos: a) identificar quais programas e ações a Secretaria Estadual de Educação realizou no período de 2015 a 2022 no âmbito da educação inclusiva; e b) analisar as ações implementadas no sentido de garantir o direito tal qual proposto na meta 4 do Plano Estadual de Educação.

No governo de Jair Bolsonaro (2019-2022), voltou a surgir discussões acerca do processo de escolarização das crianças com deficiência, na sua maioria, em defesa das classes e escolas especiais. O ex-ministro da educação, Milton Ribeiro, que atuou entre julho de 2020 a março de 2022, aponta em suas falas, que

estudantes com deficiência não aprendem e que atrapalham o aprendizado dos demais alunos ao conviver na mesma sala de aula. Essas afirmativas contradizem o atual PNE, que assegura a inclusão de alunos com deficiências na rede regular de ensino.

Consequentemente, a realização deste trabalho se justifica pela importância de estudos acadêmicos sobre o tema aqui delimitado, bem como pela necessidade de compreensão dos programas e projetos desenvolvidos pelo governo do Estado. Visa também o debate acerca da importância de discutir a educação especial na perspectiva inclusiva, considerando que no governo federal anterior (2019-2022) houve um nítido risco de retrocesso da efetivação da educação inclusiva, tendo em vista a intenção manifesta de segregação das pessoas com deficiência, numa tentativa de expurgar-las das classes comuns.

METODOLOGIA

A pesquisa que subsidiou o presente artigo buscou compreender as propostas contempladas no PEE/ PE, com ênfase na meta 4 e suas estratégias por meio de análise documental e realização de entrevistas semiestruturadas que evidenciam dados importantes aqui analisados e permitem a construção de uma ideia por parte do entrevistador com base na visão do entrevistado sobre o assunto. Portanto, tais informações identificam o estudo como pesquisa qualitativa, com base no que considera Oliveira (2008, p. 60):

Pesquisa qualitativa pode ser caracterizada como sendo um estudo detalhado de um determinado fato, objeto, grupo de pessoas ou ator social e fenômenos da realidade. Esse procedimento visa buscar informações fidedignas para se explicar em profundidade o significado e as características de cada contexto em que se encontra o objeto de pesquisa (OLIVEIRA. 2008, p. 60).

O campo empírico da pesquisa se constituiu na SEE/PE, especificamente com a GEIDH, que tem como objetivo discutir e propor estratégias de fortalecimento das Diretrizes Curriculares para toda a educação, onde demos foco em suas ações voltadas à educação especial numa perspectiva inclusiva.

Foram realizadas entrevistas semiestruturadas com a gestora do GEIDH e com três responsáveis por coordenar os projetos direcionados à educação inclusiva, a fim de acompanhar quais programas e projetos estão sendo desenvolvidos para atender

a meta 4 do atual PEE/PE, assim como os dados obtidos através da realização dessas ações. O modelo de entrevista semiestruturada foi escolhido por permitir respostas mais espontâneas flexíveis, proporcionando uma maior abertura ao entrevistado pois permite que ele discorra abertamente sobre determinado assunto a partir de um roteiro pré-estabelecido, como afirma Laville e Dionne (1999, p. 188 a 189):

A entrevista semi-estruturada oferece maior amplitude na coleta dos dados, bem como uma maior organização: esta não estando mais irremediavelmente presa a um documento entregue a cada um dos interrogados. Por essa via, a flexibilidade possibilita um contato mais íntimo entre o entrevistador e o entrevistado, favorecendo assim a exploração em profundidade de seus saberes, bem como de suas representações, de suas crenças e valores. (LAVILLE e DIONNE, 1999, p. 188-189)

O procedimento metodológico foi iniciado através de levantamento de documentos normativos e legais que embasam as ações voltadas para uma educação inclusiva de qualidade, sendo eles: a Constituição Federal (1988), Plano Nacional de Educação (2014-2024), Plano Estadual de Educação (2015-2025), Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva (2008). No que diz respeito a análise documental, foram considerados os documentos supracitados e aqueles disponíveis em sites oficiais da GEIDH.

O trabalho analítico dos dados foi realizado por meio da Análise de Conteúdo. Com base nas contribuições teórico-metodológicas de Bardin (2011), iniciamos o trabalho de pré-análise com a sistematização das ideias iniciais, buscando explorar o material e desenvolver a triagem dos dados. Em seguida, procedemos ao tratamento dos resultados, à inferência e à interpretação, onde se “permite estabelecer quadros de resultados, os quais condensam e põem em relevo as informações fornecidas pela análise” (BARDIN, 2011, p. 131).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

Concepção de Educação Especial em uma Perspectiva Inclusiva

A educação especial numa perspectiva inclusiva se constitui como o principal modo de se enxergar a educação no que diz respeito ao processo educacional das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação. A educação especial visa o desenvolvimento desses educandos de forma a promover bons resultados, sendo entendida por muito tempo apenas

como complemento à educação básica. Quando atrelada a educação inclusiva, busca promover desenvolvimento pedagógico, físico e comportamental através da rede regular de ensino e de sua proposta pedagógica, de forma a garantir o acesso e permanência de seu público alvo em todas as modalidades de ensino.

A educação inclusiva deve ser entendida como uma tentativa a mais de atender as dificuldades de aprendizagens de qualquer aluno do sistema educacional e com um meio de assegurar que alunos, que apresentam alguma deficiência, tenham os mesmos direitos que os outros, ou seja, os mesmos direitos dos seus colegas escolarizados em uma escola regular (MANTOAN, 2003, p 97).

A oferta de escolarização para pessoas com deficiência no Brasil tem seu início no século XX com influência direta das instituições privadas filantrópicas, caracterizando assim um distanciamento de responsabilidade do estado para com esses indivíduos. É importante ressaltar que a existência de um assistencialismo filantrópico se tornou conveniente e benéfico para o governo, ao permitir que o mesmo economizasse por não precisar investir e se responsabilizar por esta parcela da população.

Em meados da década de 1950 se inicia a consolidação da Educação Especial no Brasil, caracterizada pela ampliação de serviços voltados a esse público, como a oferta educacional e as iniciativas políticas em diversos níveis da gestão pública. A partir dessa ampliação foi possibilitado um atendimento global onde estas instituições ofertavam diferentes serviços, enquanto o governo cedia profissionais, como deixa claro Meletti (2008, p. 2):

A institucionalização da educação especial que ocorre no país a partir da década de 1950 consolida não só o distanciamento do Estado no que se refere à educação das pessoas com deficiência, mas também a privatização do ensino, da assistência social e da saúde dessa população, à medida que agrega à sua especialidade um atendimento global. (MELETTI, 2008, p. 2)

Todavia, neste período a educação para todos ainda era uma realidade distante, pois o acesso à educação se caracterizava por um processo altamente excludente, já que estava diretamente associada à origem socioeconômica dos estudantes.

Na segunda metade do século XX a educação inclusiva no Brasil passa por grandes mudanças, influenciadas pela promulgação da Constituição Federal de 1988, que reconheceu a educação como direito público e subjetivo, junto a instituição da gratuidade e obrigatoriedade do ensino fundamental para todos. Com isto, as pessoas com deficiência passaram a integrar as instituições escolares

públicas, embora grande número de matrículas ainda estivesse concentradas em instituições de serviços especializados conveniados ao governo. Neste período, por muitas vezes, a culpa do fracasso escolar era atribuída à integração desses estudantes com deficiência.

Segundo Baptista (2019), este acontecimento, junto à culpabilização ocorrida, favorece o crescimento e fortalecimento das classes especiais, prioritariamente nos sistemas estaduais de ensino, e o aumento de diagnósticos imprecisos no que diz respeito aos estudantes que apenas apresentavam dificuldades de aprendizagem e ainda assim eram inseridos nestas classes como se apresentassem deficiências ou transtornos neurológicos.

A partir do ano de 1990, o debate acerca da escolarização de pessoas com deficiências no âmbito internacional começa a sofrer mudanças diante da circulação de declarações formalizadas como a Declaração Mundial de Educação Para Todos (1990) e a Declaração de Salamanca Sobre Princípios, Políticas e Práticas na Área das Necessidades Educativas Especiais (1994). Essas declarações se propuseram a afirmar a importância do compromisso e responsabilidade por parte do governo para a garantia da integração social das pessoas com deficiência nas instituições educativas.

O impacto dessas declarações, especialmente a Declaração de Salamanca, traz como perspectiva a inserção das crianças com deficiências em escolas comuns junto às demais crianças, e não mais nas instituições consideradas exclusivas e segregadoras as quais se responsabilizavam até então por seu processo educativo. Com isso, se inicia um período repleto de conflitos e discussões a respeito desta integração: parte da população defendendo a inserção destas crianças na rede pública de ensino, outra parte defendendo os atendimentos educacionais especializados em instituições privadas e filantrópicas, enquanto o Estado articulava ações de abertura de serviços voltados a esse público. Desta forma, a educação especializada por parte do governo no Brasil se inicia de forma incerta, com profissionais despreparados e receosos do resultado deste modelo educacional como deixam claro Neves, Rahme e Ferreira em seu texto "Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva" (2019):

Os serviços especializados se articulam de modo a dar visibilidade à sua história e defender a legitimidade no atendimento a esse público; os

movimentos das pessoas com deficiência e das famílias manifestam seus posicionamentos favoráveis ou refratários a esse reordenamento; os governos iniciam ações visando à abertura desses serviços; e muitos profissionais das escolas comuns manifestam seu despreparo, falta de conhecimento e receio em torno do que seria a escolarização destas pessoas na escola. (NEVES, RAHME e FERREIRA, 2019, p.3)

Com a instituição das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (2001), por meio da resolução do Conselho Nacional de Educação/Câmara de Educação Básica (CNE/CEB) de 2009, o sistema de ensino passa a ser responsável por matricular todos os alunos, de modo a caber a escola a organização para receber os estudantes entendidos naquele momento como pessoas com necessidades especiais. A partir disso, o país passa a adotar ações em suas políticas educacionais voltadas à educação em uma perspectiva inclusiva, priorizando a matrícula de estudantes com deficiência em salas comuns da rede pública de ensino, junto ao atendimento educacional especializado quando necessário.

Somente em 2008 é criada a Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (PNEEPEI), pelo Ministério da Educação/Secretaria de Educação Especial, trazendo consigo uma nova forma de enxergar a educação. Por meio deste documento é apresentada a educação inclusiva fundamentada na concepção dos direitos humanos, visando a igualdade e diferença como valores indissociáveis junto a uma educação de qualidade para todos, como pode ser percebido em um trecho de sua apresentação:

Ao reconhecer que as dificuldades enfrentadas nos sistemas de ensino evidenciam a necessidade de confrontar as práticas discriminatórias e criar alternativas para superá-las, a educação inclusiva assume espaço central no debate acerca da sociedade contemporânea e do papel da escola na superação da lógica da exclusão. A partir dos referenciais para a construção de sistemas educacionais inclusivos, a organização de escolas e classes especiais passa a ser repensada, implicando uma mudança estrutural e cultural da escola para que todos os alunos tenham suas especificidades atendidas. (PNEEPEI, 2008)

Por meio da política supracitada, os estados e municípios são orientados a promover uma educação inclusiva de modo a garantir o direito de todos à educação, tendo como foco o público alvo deste modelo de educação que passa a ser caracterizado por: Pessoas com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento, como também aqueles com Altas Habilidades ou Superdotação.

No ano de 2014 é sancionado o Plano Nacional de Educação (PNE) com o objetivo de substituir o antigo plano (2001-2010), que tinha como objetivo “fazer

cumprir a Constituição Federal e, assim, dar curso às transformações necessárias para melhorar a qualidade de vida da maioria da população, a conquista da justiça e da igualdade social” (PNE, 2001). O uso do termo "maioria da população" como público alvo de um plano nacional de educação demonstra um teor segregador, ao isentar do estado a obrigação de pensar e propor ações educacionais visando atingir todos os seus cidadãos, aceitando assim a desigualdade referente a qualidade educacional no país.

O atual PNE é dividido em 20 metas e 254 estratégias, que mostram caminhos a serem seguidos com o intuito de proporcionar uma educação de qualidade para todos. Dentre as 20 metas existentes, a meta 4 do PNE se responsabiliza no que diz respeito à Educação Inclusiva como um todo, como também acerca da Educação especial numa Perspectiva Inclusiva conforme as legislações atuantes em território nacional, a fim de possibilitar o acesso, manutenção e permanência de seu público alvo dentro das instituições escolares.

Plano Estadual de Educação de Pernambuco: apontamentos teóricos

O Plano Estadual de Educação de Pernambuco (PEE/PE) busca cumprir o art. 8º da Lei Federal nº 13.005, de 25 de junho de 2014, a qual diz que os Estados devem elaborar seus planos de educação, no prazo de um ano, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE atual. Dessa forma, o PEE/PE atual possui a vigência de 10 anos, sendo de 2015-2025.

O documento se responsabiliza por promover uma educação de qualidade a todos os indivíduos do estado, sem distinção, por meio de ações e projetos que viabilizem o alcance de seus objetivos. Em suas diretrizes são trazidos aspectos acerca de diversos pontos como a erradicação do analfabetismo; universalização do atendimento escolar; superação das desigualdades educacionais; melhoria da qualidade da educação; formação para o trabalho e cidadania; promoção da gestão democrática; valorização e formação dos profissionais da educação; combate à evasão escolar; infraestrutura e medidas de apoio social; atenção personalizada ao estudante; proteção e promoção dos direitos da criança e do adolescente, da pessoa com deficiência, entre outros.

Com maior enfoque na educação inclusiva, especialmente no que diz respeito à educação especial numa perspectiva inclusiva, o PEE/PE apresenta a meta 4 e suas demais estratégias, que podem ser divididas nos seguintes pontos:

1. Acessibilidade: do espaço físico, materiais didáticos, equipamentos, condições de aprendizagem e transporte escolar adequado para pessoas com deficiência; uso de libras, braille e comunicação suplementar alternativo; tecnologias assistivas.
2. Qualificação profissional: formação de professores; formação continuada; disponibilização de profissionais qualificados nos mais diversos campos; inserção de profissionais para a formação de um núcleo multidisciplinar de atendimento.
3. Acesso, oferta e permanência escolar: garantia de serviços de estimulação e atendimento especializado para crianças da educação infantil com necessidades especiais; implantar, ampliar e garantir salas de recursos multifuncionais; melhorar a produção e disseminação das informações estatísticas e demográficas sobre o perfil da população correspondente ao público alvo do AEE; otimizar ações de acompanhamento pedagógico, monitoramento do acesso e da permanência na escola e no AEE.
4. Financiamento para a educação: contabilizar, para fins de repasse do FUNDEB, as matrículas dos estudantes da educação regular da rede pública que recebem atendimento educacional especializado; realizar o monitoramento do acesso e da permanência na escola e no AEE de beneficiários de programa de transferência de renda.
5. Avaliação: garantir diversidades nos instrumentos de avaliação, possibilitando o acompanhamento dos estudantes.

A partir da classificação realizada, foi percebido a preocupação por parte do Governo em garantir atendimento educacional especializado para os estudantes que contemplam a política de inclusão. O profissional de AEE assume um papel fundamental no processo educacional de seus estudantes, como também na garantia de uma educação de fato inclusiva, como pontuam Neves, Rahme e Ferreira (2019, p.9):

Com o reordenamento da Educação Especial na perspectiva inclusiva, previsto na PNEEPEI (2008), o AEE passa a ter o caráter de apoio suplementar e/ou complementar aos processos educativos realizados no âmbito da escola comum, passando a configurar-se como um dos principais

dispositivos institucionalizados para dar suporte ao percurso escolar dos alunos PAEE matriculados nas escolas comuns. (NEVES, RAHME e FERREIRA, 2019, p. 9).

Diante disto, é necessário destacar que esta preocupação demonstrada pelo governo viabiliza um melhor suporte e possibilidade de desenvolvimento para seus estudantes.

Planejamento e Gestão da Inclusão Escolar

Entendemos que a aplicabilidade das políticas educacionais acontece dentro da escola e, para isso, é preciso que haja uma gestão democrática no âmbito escolar. Para Frigotto (2000, p.4), a gestão democrática é entendida como “a participação efetiva dos vários segmentos, da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos”. Portanto, idealizar uma gestão como democrática, implica a necessidade de enxergar a mesma de acordo com a forma em que se articula e se constrói diariamente pelos indivíduos envolvidos em seu âmbito, respeitando a diversidade presente no ambiente escolar e as especificidades de cada um.

Entende-se principalmente que uma gestão para ser democrática precisa ser colaborativa e pensada para os seus envolvidos, como Libâneo (2001, p. 79) destaca:

A participação é o principal meio de se assegurar a gestão democrática da escola, possibilitando o envolvimento de profissionais e usuários no processo de tomada de decisões e no funcionamento da organização escolar. Além disso, proporciona um melhor conhecimento dos objetivos e metas, da estrutura organizacional e de sua dinâmica, das relações da escola com a comunidade, e favorece uma aproximação maior entre professores, alunos e pais. LIBÂNEO (2001, p.79).

Para Tezani (2010, p. 287), “a gestão escolar é uma das responsáveis pela construção da escola inclusiva”, ou seja, para uma educação inclusiva de qualidade, a gestão assume a responsabilidade de proporcionar um ambiente acessível e favorável à inclusão, pensando em um preparo estrutural, profissional e educativo, acompanhando o processo de desenvolvimento de pessoas com deficiência dentro da escola e implementando estratégias que favoreçam o processo educacional de cada um a partir do currículo e projeto político pedagógico (PPP).

O PPP deve ser pensado e elaborado de forma democrática entre gestores, professores, estudantes, pais, representantes da comunidade local, e profissionais de AEE, visando o acesso e permanência de alunos com deficiência, pois:

Adaptar a escola para garantir a educação inclusiva não se resume apenas a eliminar as barreiras arquitetônicas dos prédios escolares; é preciso ter um novo olhar para o currículo escolar, proporcionando a todos os alunos o acesso aos processos de aprendizagem e desenvolvimento (TEZANI, 2010, p. 293).

Assim, é imprescindível que a gestão propicie um espaço inclusivo e democrático que englobe o compartilhamento de saberes a fim de refletir sobre as práticas pedagógicas e necessidades dos alunos, firmando uma educação inclusiva “ao promover uma escola de sucesso para todos, ao encarar os alunos como todos diferentes e necessitados de uma pedagogia diferenciada e ao cumprir o direito à plena participação de todos os alunos na escola regular” como afirma Rodrigues (2006, p. 304).

RESULTADOS

No presente tópico iremos abordar aspectos relacionados ao quadro de programas e ações voltadas à educação especial numa perspectiva inclusiva, junto à informações obtidas através de entrevistas com profissionais atuantes dentro da Secretaria Estadual de Educação de Pernambuco, pois não foi possível a GEIDH disponibilizar alguns documentos necessários por não serem de patrimônio público. As entrevistadas serão referidas como entrevistadas W, X, Y e Z por princípios éticos.

Com o objetivo de sistematizar os dados obtidos e facilitar a compreensão acerca de ações e programas desenvolvidos pela SEE/PE, serão apresentados os quadros abaixo, na qual o quadro 1 descreve o programa, Centros de Apoio e núcleos criados e mantidos pela secretaria, assim como suas finalidades, onde dentro desses espaços se consolidam as ações inclusivas nas escolas apontadas no quadro 2. Os anos referentes à implementação dos programas, centros de apoio e núcleos, assim como das ações desenvolvidas nas escolas, não foram disponibilizados durante a coleta de dados.

QUADRO 1

| PROGRAMA E NÚCLEOS DESENVOLVIDOS PELA SEE/PE | |
|--|--|
| PROGRAMAS/ CENTROS DE APOIO/ NÚCLEOS | FINALIDADE |
| Programa Pacto pela Inclusão | Acompanhar as ações desenvolvidas pelos municípios na perspectiva da Educação Inclusiva, no que diz respeito a esse processo. |
| Centro de apoio ao surdo - CAS | Garantir a acessibilidade estrutural e pedagógica de pessoas surdas e surdocegas. |
| Centro De Apoio Pedagógico Ao Deficiente Visual - CAP | Apoiar estudantes cegos, surdocegos e com baixa visão na sua formação escolar, assegurando o desenvolvimento de programas capazes de lhes propiciar acesso, permanência e progressão, no sistema regular de ensino. |
| Unidade Interdisciplinar de Apoio Psicopedagógico – UIAP | Desenvolver serviços de apoio técnico pedagógico, atendendo em articulação com as escolas e outros serviços de apoio, a fim de acompanhar o processo de inclusão. |
| Centro de Atendimento Educacional Especializado – CAEE | Oferecer Atendimento Educacional Especializado, de apoio pedagógico, com projetos especiais direcionados às atividades artísticas, desportivas, culturais e ao desenvolvimento de pesquisa e preparação e encaminhamento ao mercado de trabalho. |

QUADRO 2

| AÇÕES INCLUSIVAS NAS ESCOLAS | |
|---|--|
| AÇÕES | FINALIDADE |
| Inclusão na classe comum do Ensino Regular | Garantir a matrícula dos estudantes com deficiência na classe comum do Ensino Regular |
| Atendimento Educacional Especializado - AEE | Complementar ou suplementar a formação do estudante por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade e estratégias que eliminem as barreiras para sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem. |

| | |
|---|---|
| Plano de Atendimento | Garantir a construção de um plano específico de atendimento para cada estudante matriculado no AEE. |
| Contratação de profissionais especializados: Professores intérpretes; instrutores de Libras, professores Brailleistas | Garantir suporte profissional adequado às necessidades específicas das pessoas com deficiência matriculadas na escola. |
| Adaptação de material pedagógico | Transcrever livros didáticos ou paradidáticos de tinta para Braille |
| Viabilização de condições para a mobilidade adequada do estudante | Garantir que a escola atenda aos padrões de acessibilidade exigidos por força do Decreto Nº 5.296 de 02 de dezembro de 2004 |
| Atendimento específico ao estudante com perfil de Altas Habilidades/Superdotação | Orientar ações suplementares que devem ser oferecidas pelo Atendimento Educacional Especializado. |

A partir das pesquisas realizadas, mediante visitas, entrevistas e coleta de dados documentais foi percebido que os programas e ações desenvolvidos pela SEE/PE, em especial o Pacto Pela Inclusão, não estão diretamente ligados ao que é proposto no Plano Estadual de Educação de Pernambuco, visto que o programa é mais antigo que a vigência do atual PEE/PE. Porém, o Pacto Pela Inclusão contempla, em partes, as demandas existentes no plano no que se refere à educação especial numa perspectiva inclusiva. Existe ainda a dificuldade em atender o que é proposto no PEE/PE em sua plenitude, mesmo próximo ao fim de sua vigência, por causa das demandas que surgem dentro da SEE/PE.

O Programa Pacto Pela Inclusão é o mais antigo em vigor no âmbito da educação inclusiva, foi instituído na década de 2000 com o nome Pacto Pela Diferença e em meados da década de 2010 assume o nome que tem hoje. O programa é um norteador para a maioria das ações desenvolvidas na SEE/PE voltadas a pessoas com deficiências, chegando a atender 153 dos 185 municípios existentes no Estado de Pernambuco por meio de implementação de projetos de qualificação profissional, acessibilidade estrutural e pedagógica.

As entrevistadas W, Y e Z, ao apresentarem o programa, informaram que a parceria e efetivação da sua implementação nos municípios inicia-se por meio de um ofício emitido pelo município interessado demonstrando o interesse na adesão do programa e solicitando uma visita dos membros da SEE/PE às Gerências Regionais de Ensino a fim de apresentar o projeto para os profissionais atuantes no local, iniciando assim a implementação do mesmo. Após a data de adesão, a SEE/PE realiza formações continuadas com os profissionais e mantém o acompanhamento sistemático do projeto por cerca de um ano, através do monitoramento in loco e parcerias de atendimentos aos estudantes público alvo da Educação Inclusiva, sempre que houver necessidade em Salas de Recursos Multifuncionais (SRM).

Uma das ações mais usuais do Pacto pela inclusão são as formações continuadas voltadas para qualificação profissional, essas ações costumam ocorrer com mais frequência durante o primeiro ano de implementação do programa em determinado local. Segundo as entrevistadas Y e Z, os temas das formações são decididos a partir das demandas apresentadas pelos profissionais do município, geralmente, sendo dividida por especificidades do público alvo da educação especial numa perspectiva inclusiva. Essas formações têm por objetivo apresentar e qualificar os profissionais da educação a partir das propostas e objetivos do Pacto pela Inclusão, o que mesmo que de forma indireta cumpre o proposto nas estratégias 4.3, 4.8, 4.13 e 4.14 da meta 4 do PEE/PE.

Outro aspecto importante ressaltado na meta 4 do PEE/PE e na conversa com a entrevistada X, diz respeito às salas de recursos multifuncionais, sua implementação e funcionalidade nas escolas. Atualmente, funcionam em média 386 salas de recursos multifuncionais no contraturno dos estudantes, sendo a tipo 1 que oferece materiais e não tem impressora braille e a tipo 2 que oferece materiais e impressora braille. O professor da sala de recursos multifuncionais fica responsável por elaborar o Plano de Desenvolvimento Individual (PDI) e o Plano de Desenvolvimento de Atendimento (PDA), visando acompanhar individualmente as necessidades de cada estudante e elaborar ações que auxiliem no seu desenvolvimento. Para o suporte nas questões pedagógicas e cotidianas dos estudantes com deficiência dentro das escolas, a SEE/PE vem contratando intérpretes de libras que conheçam métodos e técnicas de interpretações e abrindo

editais para a contratação de professores AEE e profissionais de apoio escolar, pois percebe a dificuldade de atendimento aos alunos por causa da quantidade de demandas que estão surgindo.

No que se refere à mobilidade estudantil, a entrevistada X abordou sobre uma ação realizada não muito conhecida pela população, na qual é disponibilizado, aos casos mais específicos, carros para o transporte de alunos na ida e volta da escola. Quando o aluno não tem a possibilidade de locomoção, o atendimento é domiciliar, na qual o transporte leva o professor até a casa do aluno para o acompanhamento pedagógico necessário.

Durante o período mais crítico da pandemia, ocasionada pelo Coronavírus (COVID-19), o programa Pacto Pela Inclusão parou de funcionar, voltando posteriormente com formações remotas. No final do ano de 2022, a SEE/PE fundou o Centro de Atendimento Inclusivo, visando atender várias pessoas com deficiência que estejam na escola ou que ainda irão chegar. Ainda há planos para novas formações, atividades e planos de ações que devem ser realizadas ao decorrer do ano de 2023, mas que no momento não está em execução por motivos de reorganização decorrido pelo novo governo no Estado de Pernambuco e pela divisão da GEIDH que irá separar-se em duas gerências, sendo uma voltada para educação inclusiva e outra para direitos humanos e cidadania.

Os demais programas trazidos na tabela acima funcionam em parceria com o programa Pacto pela Inclusão na garantia dos direitos à pessoa com deficiência, proposto nas legislações vigentes. E em relação ao Centro de Apoio ao surdo (CAS), que funciona no CAEER- Centro de Atendimento Educacional Especializado do Recife, têm seu foco voltado para acessibilidade estrutural e pedagógica de pessoas surdas e surdocegas. Devido a disponibilização de determinados núcleos, têm sido possibilitada a inserção de profissionais qualificados no âmbito da inclusão, contemplando assim o atual PEE/PE. Seus núcleos a saber são:

- a) Núcleo de Capacitação de Profissionais e da Comunidade em Geral - cursos para a comunidade em geral, formação continuada para profissionais que atuam ou que irão atuar com estudantes surdos ou surdocegos. Os cursos ofertados são:

- Formação para Tradutor/Intérpretes de Libras
 - Formação para Instrutores de Libras;
 - Português como segunda língua (L2) - língua portuguesa na modalidade escrita para surdos.
- b) Núcleo de Tecnologia e Adaptação de Material Didático - Suporte técnico à produção de materiais didáticos (em vídeo, CD ou DVD) em Libras; Adapta materiais de complementação didática, tornando-os acessíveis aos estudantes surdos e ouvintes; Orienta os professores e estudantes sobre o uso de brinquedos pedagógicos em Libras, equipamentos de informática, acervo de softwares e vídeos específicos para a educação de estudantes surdos e surdocegos e livro didático e paradidático bilíngue.
- c) Núcleo de Convivência - propicia espaço e oportunidade para troca de experiências, pesquisas e desenvolvimento de atividades culturais e lúdicas, entre pessoas surdas e ouvintes e surdocegas.
- d) Núcleo de Apoio Didático Pedagógico - Disponibiliza para consulta: DVD's, cartilhas e apostilas referentes a cursos de Libras, contos infantis, histórias etc., desenvolvidos pela equipe de instrutores.

Outro Centro de apoio que propicia a inclusão por meio da gestão da SEE/PE é o Centro de Apoio Pedagógico ao Deficiente Visual (CAP). Nele funciona o Núcleo de Produção Braille e o Núcleo de Apoio Didático/Pedagógico, voltados para adaptação de materiais pedagógicos para estudantes cegos e surdocegos promovendo sua inclusão dentro dos espaços escolares. São realizadas também ofertas de cursos de Braille para profissionais da área, ou comunidade em geral, visando melhor qualidade de ensino para seu público alvo. Além do aspecto pedagógico, o CAP possibilita a socialização de pessoas cegas e surdocegas através da disponibilização de um Núcleo de Convivência e o Núcleo de Tecnologia e Pesquisa, assegurando assim a efetivação de decretos e leis, como é apresentado no atual plano estadual de educação de Pernambuco.

O Centro de Atendimento Educacional Especializado (CAEE) é mais um órgão responsável por propiciar a inclusão em espaços escolares gerenciados pela SEE/PE. O centro possui unidades em cinco municípios considerados polos: Arcoverde, Caruaru, Garanhuns, Limoeiro e Recife, que são encarregados de ofertar

o atendimento educacional especializado garantido por diversos documentos como a PNEEPEI, PNE e PEE/PE. Por meio dos atendimentos realizados os indivíduos atendidos são apresentados a diversas atividades extracurriculares e encaminhados para o mercado de trabalho, fazendo com que eles possam ter participação ativa na sociedade e exercer sua cidadania.

Além dos centros apresentados, ainda existem as Unidades Interdisciplinares de Apoio Psicopedagógico (UIAP's). Elas funcionam nas Gerências Regionais de Educação em parceria com as escolas acompanhadas pela SEE/PE desenvolvendo atividades de apoio técnico que possibilitam a inclusão pedagógica dos estudantes atendidos. As unidades são localizadas em: GRE Recife Norte- Escola Estadual Silvio Rabelo e Escola Estadual Madoni, GRE Recife Sul- Escola Maciel Pinheiro, Escola José Mariano e Escola Luiz de Camões, GRE Metro Norte- Escola Jerônimo de Albuquerque e GRE Metro Sul- Escola Rubem Moreira.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Através da análise dos programas e ações realizados pela SEE/PE, assim como das entrevistas realizadas com funcionárias da GEIDH, percebe-se que no que se refere às questões voltadas para educação inclusiva, há uma busca para tratar das propostas da meta 4 do PEE/PE, mesmo que indiretamente. Ainda que ações para universalização do atendimento escolar aos alunos com deficiência na rede regular de ensino seja prevista no PEE/PE, a SEE/PE não utiliza o documento como base para realizar as propostas, mas utiliza o Pacto Pela Inclusão, programa mais antigo que o PEE/PE atual.

Sobre o Programa Pacto Pela Inclusão, percebe-se que há um foco em ações voltadas para surdez, cegueira e surdocegueira, além de centros educacionais especializados para tais finalidades, havendo a falta de ações e espaços voltadas aos demais públicos alvos da educação inclusiva e do AEE, como os TGDs e altas habilidades/superdotação, transtornos esses os quais vêm tendo suas quantidades de diagnósticos aumentadas, reforçando a necessidade de acompanhamento, atendimento e políticas educacionais focadas nesses indivíduos.

Percebe-se também que a implementação e acompanhamento destas propostas nas escolas, realizadas pela SEE/PE, acontecem de forma superficial,

visto que não há uma investigação efetiva por parte da secretaria para entender as demandas das escolas, ficando a critério destas as solicitações para formações continuadas e outras ofertas para sanar dificuldades pedagógicas, assim como elaborar estratégias para o melhor desenvolvimento dos alunos e distribuição de recursos.

É perceptível que a pandemia do COVID-19 provocou desorganizações na SEE/PE, especialmente na GEIDH visto que algumas ações idealizadas precisaram ser interrompidas nos últimos anos e a volta aconteceu com demandas que não podiam ser previstas por parte das escolas e da própria gerência, precisando de uma readaptação de ambas as partes.

Além das dificuldades ocasionadas devido ao período pandêmico, a separação da GEIDH em duas gerências distintas e mudança na gestão também favoreceu para a pausa em algumas atividades do setor, fato que contribuiu com que não tenha sido cedido documentos ou registros de acompanhamento das ações e projetos do âmbito da educação inclusiva em Pernambuco dos últimos anos, junto a justificativa de que os documentos existentes são de uso privado da instituição, o que causa questionamentos, pois a secretaria é uma instituição governamental pública que tem por objetivo atender as demandas da população, devendo assim transparência de suas ações aos seus cidadãos.

Embora a SEE/PE afirme não utilizar do PEE/PE como base estruturante de seu trabalho, seria de grande importância a consolidação de seus projetos com o documento, visto que, o PEE/PE é um documento criado com o objetivo de basear a educação no estado de Pernambuco e traz consigo metas e estratégias organizadas e pensadas de forma coletiva por seus cidadãos. Com isso, a SEE/PE seria capaz de realizar projetos e ações de forma mais estruturada e organizada, para além de formações continuadas, atendendo assim seu público alvo de forma mais efetiva.

Diante do trabalho apresentado percebe-se que há um olhar presente da SEE/PE junto aos órgãos competentes para com a educação especial numa perspectiva inclusiva, que visam melhorar os meios para que essa educação seja eficaz, mas que ainda precisa ser mais atento, amplo e organizado, pois, torna-se imprescindível refletir acerca da necessidade e importância de promover uma educação de fato inclusiva para garantir a formação de uma sociedade mais justa e

igualitária, reconhecendo que o processo educativo precisa ser mais acolhedor, dinâmico e responsável e que as formas para alcançá-las devem ser contínuas e bem articuladas para que ultrapasse os espaços projetados para tais fins.

REFERÊNCIAS

BARDIN, L. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

BAPTISTA, Claudio Roberto. Política pública, Educação Especial e escolarização no Brasil. **Educ. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, e217423, 2019.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil: 1988**. Brasília: Senado Federal, 2009.

_____. **Lei Nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 21 de outubro de 2022.

_____. **Plano Nacional de Educação (PNE)**. Lei Federal n.º 10.172, de 9/01/2001. Brasília: MEC, 2001c.

_____. **Resolução CNE/CEB nº 4, de 2 de outubro de 2009**. Institui Diretrizes Operacionais para o Atendimento Educacional Especializado na Educação Básica, modalidade Educação Especial. Brasília, DF: Conselho Nacional de Educação. Câmara de Educação, 2009a.

Declaração de Salamanca (1994). Sobre princípios, políticas e práticas na área das Necessidades Educativas Especiais. Brasília, DF: Coordenadoria Nacional para Integração da Pessoa Portadora de Deficiência. Recuperado em 30 de Novembro de 2017 de portal.mec.gov.br/seesp/arquivos/pdf/salamanca.pdf

FRIGOTTO, G. **Educação e a crise do capitalismo real**. 4. ed. São Paulo: Cortez, 2000.

LAVILLE, Christian; DIONNE, Jean. **A construção do saber**: manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Artmed; Belo Horizonte: Editora UFMG, 1999.

LIBÂNEO, José Carlos. **Organização e gestão da escola**: teoria e prática. Goiânia. Editora Alternativa, 2001.

MANTOAN, Maria Teresa Eglér. **Inclusão escolar**: o que é? por quê? como fazer? São Paulo: moderna, 2003.

MELETTI, Silvia. APAE educadora e a organização do trabalho pedagógico em instituições especiais. In: REUNIÃO ANUAL DA ASSOCIAÇÃO NACIONAL DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA EM EDUCAÇÃO (ANPED), 31. 2008, Caxambu. **Anais...** Caxambu: Anped, 2008. Disponível em: <<http://31reuniao.anped.org.br/1trabalho/trabalho15.htm>>. Acesso em: 21 out. 2022.

Ministério da Educação. **Diretrizes nacionais para a educação especial na educação básica** / Secretaria de Educação Especial – MEC; SEESP, 2001

Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Especial na perspectiva da Educação Inclusiva**. Secretaria de Educação Especial. Brasília: MEC/SEESP, 2008a.

Ministro da Educação diz que crianças com deficiências 'atrapalham' o aprendizado dos demais. Youtube: Poder360. Disponível em:

<https://youtu.be/OigXZDk9zn4>. Acesso em: 27 de outubro de 2022.

NEVES, Libéria Rodrigues; RAHME, Mônica Maria Farid. FERREIRA, Carla Mercês da Rocha Jatobá. Política de Educação Especial e os Desafios de uma Perspectiva Inclusiva. **Educação & Realidade**, Porto Alegre, v. 44, n. 1, e84853, 2019.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. 2. ed. Petrópolis, RJ, Vozes, 2008.

Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (1990). **Declaração Mundial sobre Educação para Todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem**. Recuperado em 30 de Novembro de 2017 de unesdoc.unesco.org/images/0008/000862/086291por.pdf

PERNAMBUCO. **Plano Estadual de Educação de Pernambuco**. 2015. Disponível em: http://www.educacao.pe.gov.br/portal/upload/galeria/10046/PLANO%20ESTADUAL%20DE%20EDUCA%C3%87%C3%83O_vers%C3%A3o%20final_%20Lei_%20n%C2%BA%2015.533%20DOE.pdf Acesso em: 27 de outubro de 2022.

RODRIGUES, D. Dez ideias (mal) feitas sobre a educação inclusiva. In: RODRIGUES, David (Org.). **Inclusão e educação: doze olhares sobre a educação inclusiva**. São Paulo: Summus, 2006. p. 299-318.

TEZANI, T. C. R. Gestão escolar: a prática pedagógica administrativa na política de educação inclusiva. Educação, [S. l.], v. 1, n. 2, p. 287–302, 2010. DOI: 10.5902/198464442078. Disponível em: <https://periodicos.ufsm.br/reeducacao/article/view/2078>. Acesso em: 25 out. 2022.

APÊNDICES

Roteiro de entrevista semiestruturada

Identificação

Nome: _____

Função exercida: _____

Tempo de exercício da função: _____

Formação Acadêmica: _____

Programas e Projetos

1. Quais programas e/ou ações estão sendo realizados no momento?

2. Há algum programa e/ou ação em planejamento?

3. O que já foi atendido da meta 4 do Plano Estadual de Educação até o presente momento?

4. Como ocorre a implementação dos programas e/ou ações nas escolas?

5. Como é feito o monitoramento dos resultados desses programas e/ou ações?

6. Como se caracteriza a equipe responsável por cuidar da educação inclusiva?

7. A Secretaria de Educação/ Gerência Regional de Ensino desenvolve sua política educacional em regime de colaboração com outros sistemas, órgãos e instituições ligadas à educação?

8. Quais os resultados obtidos a partir das ações estabelecidas?
